

Revista

ENERGIA E CLIMA NA CPLP

NÚMERO 4 • FEV 2026

EM REVISTA

**Comissão Temática de
Energia e Clima da
CPLP lança Roteiro de
Cooperação 2030**

PÁG. 10

**COP30
BRASIL
AMAZÔNIA**
BELEM 2025

**SECÇÃO
ESPECIAL**

PÁG. 18-25

O MUTIRÃO LUSÓFONO DA ENERGIA **TRANSFORMAR AMBIÇÃO EM ACÇÃO**

ARTIGO

A língua portuguesa como activo e actor climático global

Bruno Coimbra, Chefe de Gabinete da
Ministra do Ambiente e Energia de Portugal

PÁG. 19

Aler 

EM DESTAQUE

SEMANA DE ENERGIA E CLIMA NA CPLP

APRESENTAÇÃO INTERNACIONAL DO ROTEIRO DE COOPERAÇÃO 2030 NA COP30

FICHA TÉCNICA

**REVISTA
ENERGIA E CLIMA NA CPLP**

**NÚMERO 4
FEVEREIRO 2026**

EDIÇÃO E DESIGN

ALER

FOTOGRAFIAS

ALER

ÍNDICE

4

EDITORIAL
2025, O ANO DO MUTIRÃO LUSÓFONO DA ENERGIA

5

NA VOZ DE MAYRA PEREIRA
VAMOS APRESENTAR OS NOSSOS PAÍSES AO MUNDO COMO UM BLOCO COESO, ACTIVO E INFLUENTE

6

NA VOZ DE ARTUR TRINDADE
O PLANEAMENTO ENERGÉTICO DEVE CONSIDERAR A SEGURANÇA NO ABASTECIMENTO

7

EM REVISTA
5º SEMINÁRIO DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP

8

EM DESTAQUE
SEMANA DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP

10

EM REVISTA
COMISSÃO TEMÁTICA DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP LANÇA ROTEIRO DE COOPERAÇÃO 2030

11

ARTIGO
O VALOR DA COOPERAÇÃO ENERGÉTICA

12

ARTIGO
IMPORTÂNCIA DA REGULAÇÃO NO ÂMBITO DO ROTEIRO DE COOPERAÇÃO 2030

13

EM REVISTA
REGULAÇÃO NA SEMANA DE ENERGIA E CLIMA NA CPLP

14

ARTIGO
O MODELO MCA: UMA NOVA ERA PARA PROJETOS DE ENERGIA RENOVÁVEL E INFRAESTRUTURAS NA ÁFRICA LUSÓFONA

18

SECÇÃO ESPECIAL
COP 30

19

ARTIGO
A LÍNGUA PORTUGUESA COMO ACTIVO E ACTO CLIMÁTICO GLOBAL

20

EM REVISTA
APRESENTAÇÃO INTERNACIONAL DO ROTEIRO DE COOPERAÇÃO 2030 NA COP30

22

ARTIGO
EXPERIÊNCIA DE MOÇAMBIQUE NA ELABORAÇÃO DA NDC 3.0

23

ARTIGO
BELÉM MARCOU DEZ ANOS DE PARIS COM COMPROMISSOS REFORÇADOS MAS DESAFIOS REPETIDOS

24

ARTIGO
BELÉM MOSTROU QUE O MUNDO NÃO ACREDITA EM ALTERNATIVAS AO MULTILATERALISMO



EDITORIAL

2025, o Ano do Mutirão Lusófono da Energia

ISABEL CANCELA DE ABREU
DIRECTORA EXECUTIVA DA ALER

O lema da ALER aquando da sua criação era “colocar a lusofonia no mapa das energias renováveis”. Acredito que, através das nossas actividades, contribuímos para a concretização deste objectivo, uma vez que o potencial e os desenvolvimentos do sector das energias renováveis dos países de língua portuguesa, em particular os africanos, já estão amplamente divulgados e, em muitos casos, são considerados uma referência. A recente inauguração do maior sistema fotovoltaico fora da rede da África Subsaariana em Angola, ou os impressionantes números de integração de renováveis atingidos em Cabo Verde, são um testemunho deste sucesso.

Estes progressos por si só já seriam uma excelente razão para celebração dos nossos primeiros 10 anos de actividade. Mas, em 2025, fizemos parte de uma mudança que nos enche de orgulho e motivação para continuarmos o nosso caminho.

No ano que passou, a presidência Brasileira da COP30 convocou a comunidade internacional para um Mutirão Global para a mudança do clima. O conceito de Mutirão, herdado dos povos indígenas do Brasil, significa “uma comunidade que se reúne para trabalhar numa tarefa partilhada”, e está também presente noutras expressões dos países lusófonos, tal como o “Djunta Mon” do crioulo de Cabo Verde e Guiné-Bissau, também usado em São Tomé e Príncipe, que significa “Juntar as Mãos”, simbolizando união, entre-ajuda, solidariedade e a força de alcançar objectivos em conjunto.

Imbuída deste espírito, a ALER dinamizou, em 2025, um verdadeiro Mutirão Lusófono da energia. Para além de continuar a salientar as melhores experiências a nível nacional, durante o ano passado, juntámos as mãos de todos os países de língua portuguesa e criámos um movimento colectivo para uma verdadeira colaboração regional, em que o todo foi maior do que as partes. Mais que conhecer e agregar, elevámos os países da CPLP, posicionando-os como um bloco estratégico, com um lugar e uma voz relevante nas agendas internacionais.

Foi este movimento que nos inspirou na escolha do novo lema da ALER “Unimos pela energia”.

O apelo ao nosso Mutirão Lusófono foi respondido primeiro em Março, a nível técnico durante o 4º Seminário de Energia e Clima da CPLP, em São Tomé e Príncipe, e posteriormente a nível ministerial, em Maio, na II Conferência de Energia da CPLP. Nestes eventos, que contaram com a participação de todos os nove países de língua portuguesa, consolidámos a cooperação lusófona na área de energia, fortalecemos o alinhamento regional, e encontramos uma narrativa comum para esta Comunidade. Estes encontros representaram também um espaço para o diálogo entre os países da CPLP, e entre estes e os parceiros internacionais, salientando a mais-valia de trabalharmos em conjunto na procura de novas alianças e parcerias estratégicas.

Mas não ficámos por aqui. Como resultado destes eventos, e com vista a concretizar o potencial de colaboração conjunta, elaborámos o Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima nos Países da CPLP, o primeiro instrumento que integra de forma estratégica as dimensões de energia, clima e finanças verdes entre os Estados-Membros da CPLP. Mais do que uma agenda comum, o Roteiro constitui uma visão colectiva de desenvolvimento orientado para resultados. É um documento aberto, em permanente evolução com as contribuições das várias partes interessadas, impulsionador de acções concretas, que demonstra o espírito de “Djunta Mon”. O Roteiro foi lançado em Outubro, em Moçambique, durante a I Semana de Energia e Clima da CPLP e apresentado a nível internacional na COP30, no Brasil, em Novembro – a COP lusófona.

Sabemos que o mutirão não é só um chamamento a estar presente em eventos ou redigir documentos, mas um convite a trabalhar em conjunto para transformar compromissos em acções com impacto. É por isso que, em 2026, voltaremos a “arregaçar as mangas”, direccionando este Mutirão Lusófono para a identificação de pipelines de projectos de energia e sua concretização no terreno, juntando sector público, sector privado e financiadores.

Convido todos a se juntarem a este Mutirão Lusófono em 2026 para, juntos, acelerarmos as transições energéticas, justas, inclusivas e sustentáveis em cada país de língua portuguesa.

NA VOZ DE MAYRA PEREIRA, PRESIDENTE DA ALER



“VAMOS APRESENTAR OS NOSSOS PAÍSES AO MUNDO COMO UM BLOCO COESO, ACTIVO E INFLUENTE”

5

Mayra Pereira, Presidente da ALER, deu início ao 5º Seminário de Energia e Clima da CPLP, dedicado ao Planeamento Energético e Financiamento, evento que abriu a I Semana de Energia e Clima da CPLP. Esta nova edição do seminário marca mais um passo firme na construção de uma agenda comum entre os Estados-membros, reforçando o papel da CPLP como espaço de diálogo, convergência e acção concreta no domínio da transição energética.

A Presidente da ALER começou por sublinhar que vivemos um tempo decisivo, um momento histórico que exige coragem, rapidez e determinação. No sector da energia e do clima, já não há espaço para hesitação: o planeta não pode esperar por mais diagnósticos nem por novas declarações de intenções. É urgente transformar palavras em resultados, visão em impacto e vontade em compromisso real. E é precisamente neste ponto crítico que a Comissão Temática de Energia e Clima dos Observadores Consultivos da CPLP reafirma que está preparada, alinhada e em movimento para agir de forma concertada.

Mayra Pereira destacou ainda que a Comissão ambiciona entrar numa nova fase — a fase da cooperação regional com propósito, escala e impacto real entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Assente em relações de proximidade, confiança e partilha, esta rede de colaboração tornou-se um verdadeiro elo entre países irmãos, unidos não apenas pela língua, mas por um compromisso comum com o desenvolvimento sustentável, com o avanço das energias limpas e com a resiliência climática.

A Série de Seminários de Energia e Clima da CPLP tem sido uma iniciativa estruturante para dinamizar o diálogo entre entidades públicas, privadas e da sociedade civil, promovendo uma maior interligação entre as áreas do ambiente, energia, finanças, planeamento e regulação. Este esforço conjunto visa identificar oportunidades, alinhar prioridades e tirar partido dos diversos mecanismos de financiamento climático, essenciais para acelerar a implementação das estratégias de transição energética nos países da comunidade. Ao longo das suas

edições, estes seminários transformaram-se num espaço privilegiado de cooperação técnica, construção de alianças e partilha de experiências.

O 5º Seminário de Energia e Clima da CPLP é, assim, um testemunho vivo dessa ambição partilhada. Representa a prova de que as alianças fortes e o trabalho colectivo produzem resultados mais sólidos, mais inovadores e mais duradouros. Demonstra também que, quando se actua com união, se amplia o impacto e se contribui para a construção — com confiança, visão e sentido de missão — do futuro energético e climático da CPLP.

A Presidente da ALER apelou ainda que todos os participantes aproveitassem cada momento, cada conversa, cada reflexão e cada oportunidade de partilha. “Este é o espaço onde se reforçam parcerias, se constroem pontes e se criam soluções conjuntas. É o momento de apresentarmos os nossos países ao mundo como um bloco coeso, activo e influente. É o momento de afirmarmos prioridades e de levarmos a nossa voz aos grandes fóruns globais, com uma mensagem clara e inequívoca: os países de língua portuguesa estão unidos pela acção climática e energética”.

Recordou também que o futuro se constrói com todos — e para todos. Quando um país da CPLP avança, todos avançam. Quando um encontra soluções, todos beneficiam. Este é o espírito que nos move e que queremos fortalecer: solidariedade, interdependência e progresso partilhado.

A todos os que acreditam neste caminho comum, Mayra Pereira deixou um apelo mobilizador: “que continuemos, juntos, a transformar intenções em acção, acção em projectos e projectos em resultados concretos. A transição energética da CPLP está em marcha, com determinação e clareza de propósito — e cada passo conta. O caminho é desafiante, mas é igualmente promissor. E, acima de tudo, é um caminho que percorremos lado a lado, unidos pela visão de um futuro sustentável e resiliente para toda a comunidade”.



Mayra Pereira (Presidente da ALER), **Artur Trindade** (Director Executivo da RELOP), **Florian Paffenholz** (Director de Programa Energia e Clima da GIZ Moçambique), **Marcelina Mataveia** (Directora Nacional de Energia de Moçambique), **Adriaan Tas** (Gestor de país da ENABEL Moçambique), **Albano Manjate** (Director Nacional do Gabinete de Financiamento Climático do Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique), na Sessão de Abertura do 5º Seminário de Energia e Clima da CPLP, em Moçambique.

NA VOZ DE ARTUR TRINDADE, DIRECTOR EXECUTIVO DA RELOP



“O PLANEAMENTO ENERGÉTICO DEVE CONSIDERAR A SEGURANÇA NO ABASTECIMENTO”

6

O Director Executivo da RELOP, Artur Trindade, discursou na Sessão de Abertura do 5º Seminário de Energia e Clima da CPLP, ocasião em que fez um balanço abrangente do percurso já realizado, no âmbito da Comissão Temática de Energia e Clima. Recordou que, desde 2023, a Comissão tem promovido diversos seminários dedicados ao debate de políticas energéticas e climáticas, envolvendo especialistas, entidades reguladoras, empresas e decisores públicos de todos os países da comunidade. Sublinhou que estes encontros têm permitido consolidar uma agenda técnica comum, identificar desafios partilhados e, sobretudo, criar um espaço regular de diálogo e aprendizagem mútua.

Ao referir-se à I Semana de Energia e Clima da CPLP, Artur Trindade destacou que um dos temas centrais era a atracção de investimento para o sector energético, sublinhando que este é um desafio particularmente relevante no contexto da CPLP, onde muitos países enfrentam necessidades significativas de expansão das suas infraestruturas. Explicou que, para mobilizar capital — seja público, privado ou de parcerias híbridas — é indispensável dispor de mecanismos de planeamento que ofereçam clareza e previsibilidade. Os investidores, enfatizou, “precisam de conhecer os objectivos estratégicos de longo prazo, as prioridades de desenvolvimento e as opções tecnológicas consideradas por cada país”. Sem esta previsibilidade, lembrou, nenhum grande projecto energético consegue avançar de forma segura.

O Director Executivo reforçou que a relação entre planeamento e investimento é indissociável: o sector energético opera em ciclos longos, exige compromissos estruturais e depende de infraestruturas intensivas em capital. Por isso, acrescentou, “só com uma visão de médio e longo prazo é possível conceber projectos sustentáveis e garantir que os recursos financeiros são aplicados de forma eficiente, alinhados com as metas de transição energética, segurança e sustentabilidade”.

Neste contexto, Artur Trindade salientou também o papel determinante da regulação. Defendeu que apenas uma regulação independente, tecnicamente especializada e

competente é capaz de criar um ambiente favorável ao investimento e de assegurar o equilíbrio entre os vários interesses presentes no sector. Realçou que a estabilidade regulatória, imune às flutuações do ciclo político, é condição essencial para garantir segurança e previsibilidade, permitindo que os agentes económicos planeiem com confiança e que os consumidores beneficiem de serviços de qualidade.

O Director Executivo da RELOP enfatizou que a segurança não se esgota na disponibilidade de recursos, mas depende igualmente da capacidade de garantir um fornecimento contínuo, fiável e resiliente. Trata-se de um desafio que atravessa dimensões económicas, ambientais e sociais, e que por isso deve ocupar um lugar prioritário na agenda conjunta dos países de língua portuguesa. Recordou que episódios como apagões observados em alguns Estados-Membros da CPLP revelam fragilidades importantes e evidenciam que a questão central não é a inexistência de energia, mas sim a insuficiência das condições de abastecimento.

Por essa razão, defendeu ser fundamental reforçar a cooperação entre os países-membros, tanto no sector eléctrico como nos combustíveis. Enfatizou que os critérios de planeamento devem integrar, de forma rigorosa e sistemática, a dimensão da segurança do fornecimento — uma preocupação que deve estar presente em todas as decisões, desde a expansão da capacidade de geração até à modernização das redes e dos sistemas logísticos.

Na conclusão da sua intervenção, Artur Trindade sublinhou que os participantes do Seminário partilham uma preocupação comum: garantir um abastecimento energético seguro, acessível e sustentável. Defendeu que é responsabilidade colectiva responder ao interesse público, assegurando não apenas preços adequados e competitivos, mas também a continuidade e a suficiência da energia para o tecido empresarial, os serviços públicos e as famílias. Reforçou ainda que esta é uma missão que exige compromisso político, capacidade técnica e cooperação permanente entre as instituições da CPLP.



EM REVISTA

5º SEMINÁRIO DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP

“Este seminário representa uma oportunidade única para reforçarmos a cooperação entre os nossos países e encontrarmos iniciativas conjuntas, que materializem as palavras em acções.”, refere o Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique

O 5º Seminário de Energia e Clima da CPLP teve lugar no dia 20 de Outubro de 2025, em Maputo, Moçambique, integrado na 1ª Semana de Energia e Clima na CPLP. O Seminário centrou-se no desenvolvimento do primeiro eixo estratégico do Roteiro de Cooperação em Energia e Clima nos Países da CPLP – Planeamento Energético, e debateu políticas de planeamento, resiliência climática, e mobilização de financiamento.

A sessão de abertura contou com a presença de **Mayra Pereira** (Presidente da ALER), **Artur Trindade** (Director Executivo da RELOP), **Florian Paffenholz** (Director de Programa Energia e Clima da GIZ Moçambique), **Adriaan Tas** (Gestor de país da ENABEL Moçambique), **Marcelina Mataveia** (Directora Nacional de Energia de Moçambique), e **Albano Manjate** (Director Nacional do Gabinete de Financiamento Climático do Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique), que destacaram Moçambique como o ponto de partida para a acção, sobretudo em matéria de planeamento energético, considerado essencial nos países da CPLP para a coordenação de políticas sectoriais, a garantia de dados e conhecimento técnico que sustentem decisões eficazes e criação de um ambiente favorável à atracção de investimentos. Sublinharam ainda a importância de promover objectivos comuns – como a universalização do acesso à energia, a resiliência e integração regional, a redução da dependência externa, a mobilização de financiamento e o cumprimento dos compromissos climáticos nacionais e internacionais.

Após esta sessão, **Mary Burce Warlick** (Agência Internacional de Energia), **Egil Thorsås** (Embaixada da Noruega em Moçambique) e **Rita Madeira** (Agência Internacional de Energia) apresentaram a Análise da Política Energética de Moçambique da AIE, que incluiu três recomendações principais: acelerar o acesso a soluções de cozinha limpa e electrificação; fortalecer os sistemas de planeamento e dados para apoiar o desenvolvimento eficiente; e desenvolver roteiros de investimento específicos para o sector, com vista à mobilização de financiamento privado e concessional para projectos de energia.

Seguiu-se a intervenção de **Isabel Cancela de Abreu** (ALER), que apresentou oficialmente o Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima nos Países da CPLP, em representação da Comissão Temática de Energia e Clima dos Observadores Consultivos da CPLP.

O primeiro painel, dedicado ao planeamento energético e moderado por **Rita Madeira** da Agência Internacional de Energia, contou com a participação de **Gaétan Moura** (Embaixada do Brasil em Maputo), **Henriques Senda** (Direcção Nacional de Energia de Moçambique), **Paulo Carmona** (Direcção-Geral de Energia e Geologia de Portugal), e **Christian Naccache** (Embaixada da Suécia em Moçambique). O debate centrou-se na partilha de experiências recentes e boas práticas de cada país na definição de estratégias e políticas de planeamento energético, destacando iniciativas, projectos e avanços concretos; assim como na importância da cooperação com outros países da CPLP para acelerar progressos através da troca de conhecimento, informação e experiências em planeamento energético.



No segundo painel, sobre Resiliência Climática e Adaptação do Sector Energético, reuniu **Eduardo Baixo** (Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas de Moçambique), **Shaída Seni** (Facilitação Nacional da NDC3.0 do Ministério de Agricultura, Ambiente e Pescas de Moçambique), **Djane Melo** (Agência Nacional de Energia Eléctrica do Brasil) e **Bernardino Nhantumbo** (INAM Instituto Nacional de Meteorologia de Moçambique), com a moderação de **Enrico Dal Farra** (Programa GET.transform em Moçambique). Foram abordadas as formas de alinhar o planeamento do sector de energia com instrumentos como as Estratégias de Desenvolvimento de Baixas Emissões a Longo Prazo (LT-LEDS), as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030; bem como a incorporação prática da resiliência climática, estratégias de adaptação e mitigação de impactos no planeamento do sector. Destacou-se ainda a interligação entre energia, clima e economia verde, com o objectivo de garantir o acesso à energia e, simultaneamente, promover o desenvolvimento e a justiça social.

O terceiro painel, que incidiu sobre a Importância do Planeamento para a Mobilização de Financiamento, contou com juntou **Albano Manjate** (Gabinete de Financiamento Climático do Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique), **Bruno Coimbra** (Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia de Portugal), **Pedro Djata** (Gabinete do Ministro das Finanças da Guiné-Bissau), **Gabriel Maquengo** (Direcção Nacional de Energia de São Tomé e Príncipe) e **Carlo Amado** (MCA), sob moderação de **Paulo Massinga**, Especialista em Transição Energética da ENABEL Moçambique. Os oradores destacaram estratégias para atrair, facilitar e operacionalizar fontes inovadoras de financiamento – incluindo financiamento climático, mercados de carbono, títulos verdes e mecanismos de troca de dívida –, bem como o papel do planeamento energético na dinamização do investimento privado através de parcerias público-privadas e mecanismos de financiamento verde. Foram igualmente partilhadas experiências relativas a políticas e planos que visam a mobilização de financiamento; e projectos concretos de transição energética apoiados por investimento privado.

O Seminário encerrou com a Directora-Executiva da ALER, que deixou uma mensagem de apelo à construção de uma Comunidade mais coesa, mais resiliente e mais preparada para enfrentar os desafios actuais.

EM DESTAQUE

SEMANA DE ENERGIA E CLIMA NA CPLP



8

Cooperação regional em debate na Semana de Energia e Clima na CPLP

A cooperação para a transição energética no espaço da CPLP, o planeamento energético e a mobilização de financiamento estiveram em debate na I Semana de Energia e Clima da CPLP, que teve lugar entre os dias 20 e 24 de Outubro de 2025, em Maputo, Moçambique.

Com uma agenda de 5 dias, a Semana juntou governantes, financiadores, empresários, reguladores e especialistas de energia dos países. Organizada pela Comissão Temática de Energia dos Observadores Consultivos da CPLP, cuja

coordenação está a cargo da ALER e da Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa (RELOP), com o apoio institucional da CPLP, do Governo de São Tomé e Príncipe e do Governo da Guiné-Bissau, e com o apoio financeiro do Programa GET.transform e da ENABEL.

A Semana de Energia e Clima da CPLP pretendeu reforçar a colaboração entre países e *stakeholders*, assim como o papel geo-estratégico da CPLP nos sectores de energia, ambiente, finanças e regulação.

RESULTADOS

- ✓ ACTUAÇÃO DA CPLP ENQUANTO BLOCO ESTRATÉGICO
- ✓ REFORÇO DAS PARCERIAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS
- ✓ COMPROMISSO COM AS TRANSIÇÕES ENERGÉTICAS
- ✓ PLANEAMENTO ENERGÉTICO PARA O ACESSO UNIVERSAL

SEMANA EM NÚMEROS

+330 PARTICIPANTES	8 PAÍSES	52 ORADORES E MODERADORES
14 PARCEIROS E PATROCINADORES	3 EVENTOS PÚBLICOS	1 WORKSHOP TÉCNICO
2 DIAS DE FORMAÇÕES TÉCNICAS	4 DOCUMENTOS APRESENTADOS	5 DIAS DE AGENDA

AGENDA

20 OUTUBRO
5º Seminário de Energia e Clima da CPLP

21 OUTUBRO
Colóquio de Energia da CPLP
Workshop Técnico COP30

22 OUTUBRO
XV Conferência Anual da RELOP

23-24 OUTUBRO
Formações Técnicas



ÁLBUM

SEMANA DE ENERGIA E CLIMA NA CPLP

[Veja aqui!](#)

EM REVISTA

COMISSÃO TEMÁTICA DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP LANÇA ROTEIRO DE COOPERAÇÃO 2030

Durante o 5º Seminário de Energia e Clima da CPLP, realizado em Maputo, foi lançado oficialmente o **Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima nos Países da CPLP** – o primeiro instrumento que integra de uma forma estratégica as dimensões de energia, clima e finanças verdes nos países de língua portuguesa.

Preparado pela Comissão Temática de Energia e Clima dos Observadores Consultivos da CPLP, coordenada pela ALER e sub-coordenada pela RELOP (Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa), o Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima nos Países da CPLP é o resultado de um ciclo de diálogo e cooperação entre os Pontos Focais de Ambiente, Energia e Finanças da CPLP, realizado entre 2024 e 2025, no âmbito da Série de Seminários de Energia e Clima da CPLP.

O Roteiro organiza-se em quatro eixos estratégicos: 1) o **planeamento energético**, que orienta políticas e investimentos sustentáveis; 2) a **liderança e capacitação**, que fortalece competências técnicas e institucionais; 3) a **mobilização de financiamento**, que procura atrair recursos e parcerias inovadoras; e 4) a **aceleração das transições energéticas**, que impulsiona o uso de energias renováveis, a modernização das infraestruturas e o acesso universal à energia.

Mais do que uma agenda comum, o Roteiro constitui uma visão colectiva de transformação, progresso e desenvolvimento. O objectivo é ser um instrumento impulsionador de acções concretas de cooperação no espaço da CPLP, mas também promover uma concertação estratégica que fortaleça a presença internacional da CPLP como um bloco forte e coordenado.

“O Roteiro representa uma coordenação e alinhamento estratégico de vontades, que parte de prioridades nacionais comuns para a concretização de um caminho de cooperação conjunto, que se materializará em iniciativas”, sublinha Mayra Pereira, Presidente da ALER. “Este é um ponto de partida, um documento dinâmico e aberto, concebido para evoluir com as contribuições das várias partes interessadas. Deixamos um convite à participação de parceiros estratégicos e de implementação para, juntos, alavancarmos investimento e projectos que garantam transições energéticas justas, inclusivas e sustentáveis em cada país de língua portuguesa”, acrescenta.



Isabel Cancela de Abreu, Directora Executiva da ALER, na Apresentação do Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima nos Países da CPLP, no 5º Seminário de Energia e Clima da CPLP.



Na sessão de apresentação oficial do documento, foram anunciados os primeiros parceiros estratégicos do Roteiro à data: o programa europeu GET.transform e a Africa Climate and Energy Nexus (AfCEN).

“Esta parceria representa um passo estratégico para apoiar Moçambique no processo da transição energética e na implementação dos quatro eixos do Roteiro, em articulação com os demais países da CPLP”, salienta Enrico dal Farra, coordenador do programa GET.transform em Moçambique. Falando em particular dos eixos estratégicos do Roteiro, refere que “o planeamento energético e o desenvolvimento de capacidades são ingredientes fundamentais para impulsionar a transição energética justa e resiliente, e abrir portas ao financiamento, através da criação de um ambiente favorável e da adopção de abordagens de redução de riscos, incluindo a cooperação Sul-Sul e triangular”.

Por sua vez, o CEO da AfCEN, Joseph Nganga, realça que *“É uma honra juntarmo-nos à Comissão Temática de Energia e Clima da CPLP como parceiro estratégico do Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima nos Países da CPLP. A AfCEN existe para tornar o crescimento verde numa oportunidade de investimento. Enquanto rede que combina conhecimento local com inovação tecnológica em África, ajudaremos os Estados-Membros a transformar pipelines credíveis em projectos financiados – de forma rápida e em larga escala”.*



ARTIGO

O VALOR DA COOPERAÇÃO ENERGÉTICA

RITA MADEIRA

GESTORA DO PROGRAMA DA AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA PARA ÁFRICA

11

Num mundo que enfrenta desafios urgentes de energia e clima, o valor da colaboração nunca foi tão claro. Para os países lusófonos, os laços de uma língua partilhada oferecem uma plataforma única para acelerar o progresso, especialmente na área da energia.

Na Agência Internacional de Energia (AIE), vemos em primeira mão como o diálogo e a parceria podem impulsionar mudanças reais. Nos últimos anos, aprofundámos o nosso trabalho com a comunidade lusófona, reflectindo um compromisso partilhado com um desenvolvimento energético seguro, inclusivo e sustentável. Este espírito de cooperação ficou plenamente evidente na 2ª Cimeira da Energia da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Cascais, Portugal, no início deste ano, onde líderes e especialistas de todo o mundo lusófono se reuniram para traçar caminhos a seguir. Nas suas palavras de abertura, o Director Executivo da AIE, Fatih Birol, lançou um apelo claro à acção, salientando que é imperativo acelerar os investimentos energéticos em África – uma região que inclui seis países lusófonos. Hoje, o continente representa apenas 2% do investimento global em energia limpa, apesar de representar cerca de 20% da população mundial.

Para responder a este apelo à acção, há elemento-chave da colaboração que é fundamental: tornar o conhecimento acessível e aplicável. Por isso, com o apoio do governo português e da ADENE – Agência para a Energia, a AIE traduziu algumas das nossas análises-chave para português, incluindo o Africa Energy Outlook, o Financiamento de Energias Limpas em África e o Financiamento do Acesso à Electricidade em África, publicado em Outubro.

Ao derrubar barreiras linguísticas e permitir que os decisores políticos acedam às análises da AIE na sua língua, pretendemos ajudar a colmatar lacunas vitais de conhecimento.

Este último relatório, apresentado em português na COP30 em Belém, Brasil, apresenta uma análise abrangente do panorama financeiro do acesso à electricidade em todo o continente africano. Revela que menos de 2,5 mil milhões de dólares foram comprometidos para novas ligações eléctricas na África subsaariana em 2023, muito abaixo dos 15 mil milhões anuais necessários para alcançar o acesso universal até 2035. Sem uma acção urgente, mais de 500 milhões de africanos poderão permanecer sem electricidade daqui a uma década. O relatório destaca também os desafios específicos enfrentados pelos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, incluindo Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, onde o isolamento geográfico e os elevados custos de infraestruturas exigem soluções de financiamento personalizadas e apoio concessional para catalisar maiores fluxos de capital.

A nossa recente [Análise da Política Energética para Moçambique](#), lançada no 5º Seminário de Energia e Clima da CPLP em Maputo, é outro exemplo de forte colaboração. Desenvolvida em estreita parceria com o Ministério dos

Recursos Minerais e Energia de Moçambique e uma vasta gama de intervenientes, a Análise oferece recomendações concretas para desbloquear o vasto potencial energético do país. Moçambique detém recursos energéticos significativos que podem ser aproveitados para acelerar o acesso à energia e apoiar os seus objectivos de desenvolvimento mais amplos.



Rita Madeira, Gestora do Programa da Agência Internacional de Energia para África, na Apresentação das principais conclusões da Análise da Política Energética de Moçambique, no 5º Seminário de Energia e Clima da CPLP.

Paralelamente, a nossa [Avaliação Nacional de Resiliência Climática para Moçambique](#) destaca a necessidade de estratégias robustas de adaptação para garantir que o sistema energético de Moçambique possa resistir aos crescentes impactos das alterações climáticas.

Estes esforços lançam uma base sólida para uma colaboração mais profunda entre os membros do CPLP e a AIE – permitindo a partilha contínua de soluções, o desenvolvimento de capacidades e de dados e planeamento energético robustos.

O caminho pela frente é desafiante, mas ao investir em colaboração, podemos transformar ambição em acção e garantir que os benefícios de uma energia fiável e limpa cheguem a todas as comunidades do mundo lusófono.

Moçambique 2024

Análise da Política Energética

Relatório sobre país — 20 outubro 2025



ARTIGO

IMPORTÂNCIA DA REGULAÇÃO NO ÂMBITO DO ROTEIRO DE COOPERAÇÃO 2030

RELOP

ASSOCIAÇÃO DE REGULADORES DE ENERGIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

12

Num momento em que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa procura afirmar-se como um bloco estratégico na agenda global da energia e do clima, o Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima nos Países da CPLP, desenvolvido pela Comissão Temática de Energia e Clima da CPLP, surge como um documento estruturante, ambicioso e oportuno.

Olhando para os quatro eixos do roteiro, é evidente que a regulação desempenha um papel transversal, impactando de forma directa e indirecta nos 4 eixos identificados:

Eixo 1 – Planeamento Energético

O planeamento energético traduz-se num conjunto de documentos estratégicos para o desenvolvimento do sector em qualquer país, como os Planos de Investimento nas Redes, os Planos Nacionais de Energia e Clima e os Relatórios de Segurança de Abastecimento, entre outros. Sendo documentos estratégicos são da responsabilidade do governo, mas para ele podem contribuir múltiplos actores, desde logo os reguladores. Os reguladores, além de contribuírem para a implementação de medidas definidas pelos legisladores, detêm habitualmente dados que lhes permitem dar um contributo fundamentado para o desenvolvimento de um planeamento que tenha em consideração as projecções de consumo, necessidades da população e empresas.

Eixo 2 – Liderança e Capacitação

O sector energético requer conhecimentos especializados. Para instituições fortes necessitamos de fortalecer as competências técnicas e institucionais dos seus líderes e recursos humanos. Tal é verdade também para os reguladores que são parte integrante do ecossistema energético.

Eixo 3 – Mobilização de Financiamento

Qualquer investidor procura investir onde exista um quadro regulatório estável que contribui para reduzir os riscos do investimento. Sem regulação robusta não há segurança jurídica e previsibilidade económica. Seja no desenvolvimento de mercados (de energia ou de carbono) ou na definição de regras de acesso e desenvolvimento das infraestruturas.

A actuação das entidades reguladoras é essencial para garantir que os avanços sejam sustentáveis, eficazes e justos, criando um ambiente de confiança e estabilidade que é fundamental para a mobilização de investimentos e o crescimento conjunto.

Eixo 4 – Aceleração das Transições Energéticas

Aqui, o papel da regulamentação é garantir que todos os países, independentemente da sua fase de desenvolvimento, possam avançar de forma equitativa, elevando os menos avançados aos níveis dos mais desenvolvidos.

Países com ritmos diferentes, realidades distintas e desafios estruturais complexos podem encontrar na cooperação

regulatória o caminho para reduzir assimetrias, atrair investimento e garantir que a transição energética não deixe ninguém para trás.

Assim, a regulação contribui para os 4 eixos do Roteiro, os quais estão também ligados entre si. Do ponto de vista da actuação da RELOP, a nossa actuação foca-se – e irá focar-se até 2030 – na capacitação.

Em que eixos os reguladores percebem que podem contribuir?	28%	Eixo 1 – Planeamento Energético
	37%	Eixo 2 – Capacitação e Liderança
	17%	Eixo 3 – Mobilização de Financiamento
	18%	Eixo 4 – Aceleração das Transições Energéticas

Propostas de novas de iniciativas para o Roteiro

- Eixo 2 – Capacitação e Liderança**
 - > Criação de programas de formação especializados em regulação de petróleo, gás e energias renováveis, com destaque na inclusão de mulheres;
 - > Criação de um subprograma específico para biocombustíveis e gás natural, destacando o papel destes vectores na transição energética dos países da CPLP.
- Eixo 4 – Aceleração das Transições Energéticas**
 - > Harmonização regulatória entre os Estados-Membros, com foco em petróleo, gás e biocombustíveis, reduzindo assimetrias e promovendo integração regional.

Percepção dos reguladores de energia da CPLP quanto aos eixos do Roteiro em que consideram poder contribuir mais, conforme resultados do questionário elaborado durante o Colóquio de Energia da CPLP, em Outubro, em Maputo, Moçambique.

A capacitação técnica é o principal objecto da RELOP que, através da capacitação dos quadros dos reguladores membros da RELOP, contribui não só para o fortalecimento da regulação, como dos principais factores que atraem investidores, pois garante a transparência, a consistência e a previsibilidade, que são elementos-chave para a criação de um ambiente propício para investidores.

Este Roteiro é um convite à acção conjunta, um reconhecimento de que a união é a chave para aumentar a capacidade de coordenação entre os países da CPLP. No fundo, a CPLP tem aqui uma oportunidade rara: transformar a língua portuguesa não apenas num elo cultural, mas num instrumento de convergência, capaz de elevar a qualidade das políticas energéticas e climáticas em todos os seus países. Países com ritmos diferentes, realidades distintas e desafios estruturais complexos podem traçar em conjunto caminhos para reduzir assimetrias, atrair investimento e garantir que a transição energética não deixe ninguém para trás.

EM REVISTA

REGULAÇÃO NA SEMANA DE ENERGIA E CLIMA NA CPLP

COLÓQUIO DE ENERGIA DA CPLP

Caminhos Regulatórios para a Transição Energética

Entre 20 a 24 de Outubro de 2025 ocorreu a Semana de Energia e Clima na CPLP, em Maputo, Moçambique, na qual integraram o Colóquio de Energia da CPLP e a XV Conferência Anual da RELOP.

No dia 21 de Outubro de 2025, ocorreu o Colóquio de Energia da CPLP que contou com mais de 100 participantes. O evento foi organizado pelos Grupos de Trabalho da RELOP, em parceria com a ALER e reuniu profissionais do sector energético, de modo a promover o intercâmbio de conhecimentos e a reflexão sobre as estratégias para o avanço da transição energética na comunidade de países de língua portuguesa.

Com painéis dedicados ao Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima nos Países da CPLP, à eficiência energética como pilar da regulação para a transição energética, e ao papel do gás e petróleo na segurança energética, o evento foi um momento de importante reflexão sobre a realidade energética nos países da CPLP. A AIE também esteve presente, e partilhou pela primeira vez a sua Avaliação Nacional da Resiliência Climática de Moçambique.

O Grupo de Trabalho de Transição Energética da RELOP aproveitou esta oportunidade para lançar as Fichas Informativas que têm vindo a desenvolver, e que reúnem exemplos práticos de medidas, políticas e projectos implementados nos países membros, contribuindo para uma transição energética justa, sustentável e inclusiva.

Por fim, para fechar o colóquio, houve uma mesa-redonda na qual alguns reguladores da RELOP reflectiram sobre os desafios da regulação para a transição energética.

O colóquio foi marcado por momentos de partilha, reflexão e inspiração sobre os desafios e oportunidades da transição energética no espaço lusófono, onde ficou claro o espírito de abertura para a acção conjunta. Em destaque esteve o papel fundamental que a regulação tem no caminho para uma transição energética inclusiva e sustentável.



CONSULTE AS
FICHAS INFORMATIVAS DO GRUPO
DE TRABALHO DE TRANSIÇÃO
ENERGÉTICA DA RELOP

[AQUI](#)

XV CONFERÊNCIA ANUAL DA RELOP

Regular para a Sustentabilidade Energética

Na continuação dos eventos da Semana de Energia e Clima da CPLP, ocorreu no dia 22 de outubro de 2025, a XV Conferência da RELOP, na qual participaram mais de 200 profissionais da indústria. O evento foi organizado pela RELOP, em parceria com a ARENE e o INP, e reuniu profissionais do sector energético de vários países CPLP, que partilharam connosco as suas perspectivas e experiências sobre as diferentes realidades do sector energético.

Este encontro forneceu uma oportunidade para reflectir, em conjunto, sobre o caminho a desenvolver rumo a uma transição energética mais justa, sustentável, e segura para todos. Com painéis com temas como o Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras (CBAM) da União Europeia, o papel da regulação na atracção de investimentos sustentáveis, os desafios e incentivos da mobilidade eléctrica, e ainda a segurança energética e valor local, tivemos a oportunidade de conhecer as perspectivas e experiências sobre as diferentes realidades do sector energético, com perspectivas de todos os países lusófonos.

A conferência foi marcada por discussões importantes sobre o futuro energético na comunidade lusófona, onde ficou claro o papel fundamental da regulação no caminho para uma transição energética inclusiva e sustentável.

Resumo preparado pela RELOP



ENTREVISTA



O MODELO MCA: UMA NOVA ERA PARA PROJECTOS DE ENERGIA RENOVÁVEL E INFRAESTRUTURAS NA ÁFRICA LUSÓFONA

CARLO AMADO
COO DO NEGÓCIO DE ENERGIAS DA MCA

14

O acesso à energia é, hoje, um dos principais desafios estruturais no continente africano, nomeadamente em países da África lusófona. As energias renováveis assumem um papel determinante no desenvolvimento das economias, pela sua competitividade em termos de custo de energia a longo prazo, permitindo impulsionar o desenvolvimento económico, melhorar as condições de vida das populações e reforçar serviços essenciais como a saúde, a educação e a indústria. Neste contexto, a MCA destaca-se pela sua experiência consolidada na concepção e execução de projectos energéticos, com soluções inovadoras e ajustadas às necessidades específicas de cada comunidade e país.

De que forma a MCA adaptou o desenvolvimento dos seus projectos para responder aos desafios energéticos?

Dois exemplos emblemáticos do portefólio da MCA em Angola são o projecto solar de 370 MW e o projecto de Electrificação Rural do Leste do país. Embora ambos integrem geração fotovoltaica, respondem a realidades distintas.

O primeiro é um projecto utility-scale, ligado à rede eléctrica nacional, que reforça a capacidade de produção de energia renovável. Já o projecto de electrificação rural assegura o fornecimento de energia a 60 comunas, muitas em zonas remotas, cuja solução se baseou em sistemas *off-grid* com armazenamento, redes de média e baixa tensão e ligações domiciliárias, garantindo energia 24 horas por dia, de forma totalmente autónoma.

O que é que tem permitido à MCA desenvolver com sucesso estes projectos de grande porte em mercados emergentes?

Um dos aspectos mais diferenciadores dos projectos MCA é o modelo de financiamento com Agências de Crédito à Exportação (ECAs). Este mecanismo permite garantir condições de financiamento altamente competitivas, com prazos alargados e custos mais baixos, tornando viáveis projectos de grande escala em mercados emergentes.

Outro pilar do sucesso reside na escolha criteriosa de fornecedores Tier 1. Esta opção assegura não só equipamentos

de elevada eficiência e durabilidade, mas também o cumprimento rigoroso de normas internacionais de qualidade e segurança. A aposta em parceiros de excelência é fundamental para a longevidade dos projectos e para a confiança criada junto dos clientes.

De que forma a MCA integra as dimensões ambiental e social nos seus projectos?

A MCA coloca o foco nas dimensões ambiental e social (E&S) como parte integrante da sua estratégia. Cada projecto é desenvolvido com respeito pelo meio ambiente e com impacto social positivo, promovendo a criação de emprego local, capacitação técnica e melhoria das condições de vida. O alinhamento com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável reforça a relevância e o legado destes investimentos.

A MCA é reconhecida pelos seus projectos ligados às energias renováveis. É este o principal foco da actuação?

O modelo MCA não se limita à energia renovável. A experiência acumulada em áreas como infraestruturas de águas, estradas, saúde e educação comprova a nossa capacidade de execução em múltiplos sectores, aproveitando o potencial do modelo ECA para impulsionar o crescimento sustentável e inclusivo em setores cruciais.

De que forma é percecionada a MCA e como olham para o futuro?

O histórico de entrega, aliado à compreensão profunda das realidades locais, posiciona a MCA como catalisadora de novos projectos, com um percurso comprovado, soluções adaptáveis e um modelo de financiamento inovador, é reconhecida como um agente transformador no panorama das energias renováveis e infraestruturas na África Lusófona. O futuro apresenta-se promissor, com oportunidades crescentes para replicar este modelo de sucesso, promovendo desenvolvimento económico, social e ambiental onde ele é mais necessário.



Projecto solar de 370 MW da MCA em Angola.

CONHEÇA OS PATROCINADORES E PARCEIROS DA SEMANA DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP

ORGANIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



APOIO FINANCEIRO



PATROCINADOR OURO



PATROCINADOR PRATA



PARCEIROS



BILHETES DE IDENTIDADE

CONHEÇA OS PATROCINADORES DO 5º SEMINÁRIO



OURO

QUEM?

O Grupo MCA tem experiência ao longo da cadeia de valor de projetos de engenharia e construção, nas fases de desenvolvimento, aprovisionamento e operação em 4 verticais de negócio: energias, desenvolvimento urbano, infraestruturas e saúde.

QUANDO?

O Grupo MCA foi fundado em 1998, em Guimarães, Portugal. Nasceu da determinação do seu fundador e atual Chairman, Manuel Couto Alves que, ao longo dos últimos 25 anos, transformou a empresa numa plataforma internacional de negócios com a dimensão e projeção atuais.

O QUÊ?

Dois exemplos emblemáticos do portefólio da MCA em Angola são o projeto solar de 370 MW e o projeto de Eletrificação Rural do Leste do país. Embora ambos integrem geração fotovoltaica, respondem a realidades distintas.

COMO?

Um dos aspetos mais diferenciadores dos projetos MCA é o modelo de financiamento com Agências de Crédito à Exportação. Este mecanismo permite garantir condições de financiamento altamente competitivas, com prazos alargados e custos mais baixos, tornando viáveis projetos de grande escala em mercados emergentes. Outro pilar do sucesso reside na escolha criteriosa de fornecedores Tier 1. Esta opção assegura não só equipamentos de elevada eficiência e durabilidade, mas também o cumprimento rigoroso de normas internacionais de qualidade e segurança.

ONDE?

O Grupo MCA é uma multinacional com presença em Portugal, Espanha, Alemanha, Polónia e Angola, divididos por três clusters geográficos.

PORQUÊ?

O histórico de entrega, aliado à compreensão profunda das realidades locais, posiciona a MCA como catalisadora de novos projetos, com um percurso comprovado, soluções adaptáveis e um modelo de financiamento inovador, é reconhecida como um agente transformador no panorama das energias renováveis e infraestruturas na África Lusófona. O futuro apresenta-se promissor, com oportunidades crescentes para replicar este modelo, promovendo desenvolvimento económico, social e ambiental onde ele é mais necessário.



PRATA

QUEM?

A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) é um órgão da administração indirecta do Estado da República de Angola.

QUANDO?

Foi legalmente constituída a 6 de Fevereiro de 2019, através da aprovação do seu Estatuto Orgânico, Decreto Presidencial n.º 49/19, de 6 de Fevereiro.

O QUÊ?

A ANPG tem por objecto a regulação da actividade de exploração do petróleo, gás e biocombustíveis. Está envolvida em projectos de exploração e produção de petróleo e gás, bem como iniciativas de desenvolvimento de biocombustíveis que visam promover a sustentabilidade energética em Angola e a cooperação com os países membros da CPLP.

COMO?

É a Concessionária Nacional que tem por finalidade regular, fiscalizar e promover a execução das actividades petrolíferas, nomeadamente as operações e a contratação, no domínio dos petróleos, gás e biocombustíveis.

ONDE?

O local de actuação é a República de Angola.

PORQUÊ?

A motivação da ANPG em relação ao mercado da CPLP é impulsionada pela ambição de fortalecer a cooperação energética entre os países lusófonos, aumentar a produção e eficiência no sector de petróleo e gás, promover o desenvolvimento sustentável através de biocombustíveis, bem como, contribuir para a segurança energética e o crescimento económico dos países da CPLP.

**PRATA****QUEM?**

INSIDE – Engineering & Consulting, Lda.

QUANDO?

A INSIDE foi constituída em 2022.

O QUÊ?

Empresa de engenharia e consultoria que atua na área das infraestruturas, energia, ambiente, construção e gestão de projetos. Prestamos serviços de engenharia e arquitetura, de Infraestruturas Eléctricas de linhas de MAT, AT, MT e BT, Subestações e Centrais Solares Fotovoltaicas de geração distribuída e centralizada, consultoria ambiental, consultoria e fiscalização na área da ferrovia.

Em Portugal e em Angola, desenvolvemos projectos em energia, como estudos e projectos de execução de linhas de transmissão, redes de distribuição e subestações eléctricas. Desenvolvemos projectos de arquitectura e especialidades para edifícios hospitalares, industriais e habitacionais, bem como controlo de qualidade de projecto no sector industrial. Em consultoria ambiental, encontram-se em curso Estudos de Impacte Ambiental e Social e também processos de licenciamento Ambiental. Na área da fiscalização, realizamos serviços especializados em energia, ferrovia e edifícios.

COMO?

A INSIDE privilegia uma abordagem integrada, combinando engenharia, consultoria e gestão de projectos, por forma a oferecer soluções completas e eficientes aos sectores público e privado. Cada projecto é desenvolvido por equipas multidisciplinares especializadas, garantindo qualidade, inovação e conformidade normativa. A INSIDE aposta numa relação de proximidade com os clientes, pautada pela transparência, responsabilidade e compromisso. A metodologia de trabalho baseia-se no estudo aprofundado das necessidades, na selecção de soluções tecnicamente sólidas e economicamente viáveis, e na implementação de práticas sustentáveis que promovam o desenvolvimento social e ambiental. Esta filosofia reflete a visão da empresa: contribuir para o progresso dos países onde actua, elevando os padrões de engenharia e reforçando a confiança nas infraestruturas e serviços que ajuda a construir.

ONDE?

Portugal e Angola.

PORQUÊ?

A INSIDE assume como estratégia a expansão das suas atividades para todos os países da CPLP, impulsionada pela convicção de que o espaço lusófono oferece um enorme potencial de crescimento, cooperação e criação de valor partilhado. A nossa motivação assenta na oportunidade de aplicar a experiência a novos contextos, promovendo soluções que respondam às necessidades reais das comunidades. Ambicionamos reforçar a integração técnica entre os Estados-membros, apoiar o desenvolvimento sustentável e consolidar parcerias locais que potenciem transferência de conhecimento, inovação e eficiência. Acreditamos que a presença da INSIDE na CPLP permitirá contribuir para infraestruturas modernas, sistemas energéticos fiáveis e projetos urbanos, ambientais e industriais alinhados com padrões internacionais de qualidade. A nossa atuação será guiada por rigor, responsabilidade e compromisso com o progresso conjunto do espaço lusófono.

**PRATA****QUEM?**

O BCI – Banco Comercial e de Investimentos, Moçambique, é uma instituição financeira de referência no país, mantendo-se na liderança no sistema bancário, no que diz respeito aos volumes de Crédito, Depósitos e Activos, e com a maior rede comercial do país.

QUANDO?

O BCI foi contituído em 1997.

O QUÊ?

O objecto da sociedade consiste no exercício da actividade bancária e das funções de crédito, nomeadamente a recepção, sob a forma de depósito ou outras análogas, de disponibilidades monetárias e o seu emprego, por conta e risco próprios, em operações activas de crédito, o exercício do comércio de câmbios, a prestação dos serviços de transferência de fundos, de guarda de valores e de intermediário nos pagamentos e na colocação e administração de capitais e de outros serviços da mesma natureza que a lei não lhes proíba, e o exercício de toda e qualquer actividade permitida por lei. O BCI oferece serviços bancários universais, incluindo meios digitais, crédito, investimentos e soluções para empresas. Desenvolve iniciativas que promovem a integração financeira e o fortalecimento das relações económicas no espaço da CPLP.

COMO?

O Banco rege-se por uma cultura de conformidade e de padrões elevados de ética e de conduta, tendo como um dos seus principais vectores estratégicos o apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME), oferecendo um conjunto de soluções visando responder aos grandes desafios que este segmento de mercado tem enfrentado no seu dia-a-dia, tendo em conta o cenário empresarial moçambicano. Desenvolve, ainda e entre outros, produtos e serviços que procuram: responder ao crescimento do país; financiar ou participar no financiamento de projectos estruturantes e de grande dimensão nacional; participar activamente na inclusão financeira e na bancarização da economia.

ONDE?

Sendo um Banco Universal, a Rede Comercial do BCI está dispersa por todo o País, sendo constituída por unidades de negócio, entre Agências Universais, Centros BCI Exclusivo, Espaços Private, Centros BCI Corporate e Centro Integrados de Negócio

PORQUÊ?

Pela sua constituição accionista, o BCI faz parte da plataforma internacional presente em diversos países, cobrindo a maioria dos membros da CPLP e dos principais parceiros económicos de Moçambique: factor determinante de preferência por parte de grandes e médias empresas moçambicanas com actividade internacional.

A decorative diagonal band on the left side of the page, featuring a yellow background with various green tropical leaves and ferns.

COP30 BRASIL AMAZÔNIA BELÉM 2025

SECÇÃO ESPECIAL

ARTIGO

A LÍNGUA PORTUGUESA COMO ACTIVO E ACTOR CLIMÁTICO GLOBAL

BRUNO COIMBRA

GABINETE DA MINISTRA DO AMBIENTE E ENERGIA DE PORTUGAL



19

A COP30 – que decorreu às portas da Amazónia – foi uma oportunidade de afirmação estratégica dos países de língua portuguesa na reflexão, discussão e negociação globais sobre clima e energia. Pela primeira vez, uma Conferência das Partes teve lugar num país da CPLP, deslocando o centro da diplomacia climática para um espaço geográfico e cultural de inquestionável legitimidade relativamente aos desafios que o planeta enfrenta. Mais do que marcar presença, a CPLP – com Portugal na liderança desse processo – teve a capacidade de fazer ouvir uma voz conjunta, em particular nos temas que mais afectam os seus membros: adaptação, financiamento, transição justa e acesso à energia. Exemplo desta liderança é o Fundo Lusófono para a Transparência, iniciativa anunciada na COP30 e através da qual Portugal disponibilizará 1,5 milhões de euros – desde 1 de Janeiro de 2026 e durante os próximos cinco anos – para aumentar a transparência, inventários e financiamento em políticas climáticas nos países lusófonos.



Acompanhada de coordenação técnica e diplomática, a diversidade dos países da CPLP, com economias e vulnerabilidades distintas que enfrentam constrangimentos semelhantes em matéria de financiamento e capacidade institucional, constituiu um activo político. O Pavilhão de Portugal, que acolheu diversos eventos da CPLP, entre outros, foi um ponto de encontro da lusofonia, da cultura, da ciência e das empresas. Com eventos dedicados a temas estruturantes – desde mercados de carbono a resiliência costeira, passando pela electrificação em África e governança climática – Portugal foi anfitrião e facilitador de um diálogo lusófono à escala global.

A experiência portuguesa em planeamento e financiamento climático oferece instrumentos que podem ser partilhados e adaptados. Portugal tem consolidado uma abordagem integrada que articula planeamento estratégico, regulação, instrumentos financeiros e acção climática. O PNEC 2030, a Lei de Bases do Clima, a Agência para o Clima e o futuro Roteiro para a Neutralidade Climática 2045 demonstram o empenho de Portugal em estruturar políticas previsíveis e credíveis, factores essenciais para atrair investimento e reforçar a confiança de parceiros e mercados. Esta robustez institucional representa uma vantagem na cooperação e na própria afirmação dos países da CPLP que, apesar de possuírem

planos, enfrentam desafios na mobilização de financiamento por falta de integração técnica ou capacidade institucional.

A inovação financeira é outra dimensão onde Portugal lidera pelo exemplo. O mecanismo de troca de dívida com Cabo Verde – convertendo dívida bilateral em investimento directo para energias renováveis, resiliência e biodiversidade com cooperação e desenvolvimento das comunidades locais, criando sinergias entre os dois países – é referência dentro da comunidade lusófona. Neste momento, Portugal prepara um mecanismo semelhante para São Tomé e Príncipe, demonstrando a escalabilidade das soluções e a oportunidade que representam, sobretudo quando combinam solidariedade, redução de vulnerabilidades e dinamização económica local. Estes instrumentos provam que a cooperação climática não tem de ser apenas declarativa; pode ter impacto concreto no terreno.

Igualmente, o papel de Portugal como promotor da eficiência energética e da electrificação sustentável, inclusive no contexto regulatório, reforça a ideia de que a transição energética deve ser vista não apenas como desafio técnico, mas também como exercício de justiça social. O enfoque português na eficiência, nos edifícios, na mobilidade e na regulação inteligente mostra que a transição energética só será justa se for também eficiente e acessível, e esta é uma realidade que se aplica de forma ainda mais profunda aos países da CPLP.

Num ambiente desafiante como é qualquer palco global de negociações onde os interesses, as abordagens e a visão podem ser diversos, a COP30 fez aprovar um pacote de decisões, preservando consensos essenciais e garantindo avanços concretos para a acção climática global, incluindo para os territórios CPLP. Portugal, fazendo jus à sua história e reputação – e tendo a Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, como seu grande activo no xadrez de Belém – esteve entre os países que trabalharam para desbloquear entendimentos sem perder a ambição.



EM REVISTA

APRESENTAÇÃO INTERNACIONAL DO ROTEIRO DE COOPERAÇÃO 2030 NA COP30

20

A Comissão Temática de Energia e Clima dos Observadores Consultivos da CPLP marcou presença na COP30, em Belém do Pará (Brasil), para apresentar internacionalmente o Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima nos Países da CPLP, após lançamento oficial na Semana de Energia e Clima da CPLP. O evento aconteceu no dia 14 de Novembro de 2025, no Pavilhão de Portugal, e contou com transmissão *streaming* no canal do YouTube do Ministério do Ambiente e Energia de Portugal.

A cerimónia de abertura contou com as intervenções da Ministra do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável de São Tomé e Príncipe, **Nilda Borges da Mata**, do Secretário de Estado da Energia de Portugal, **Jean Barroca**, e do Secretário de Estado da Acção Climática e Desenvolvimento Sustentável de Angola, **Nascimento Soares**, que evidenciaram o papel determinante da cooperação regional para impulsionar transições energéticas justas, inclusivas e resilientes nos países de língua portuguesa.

"A cooperação entre os nossos países tem sido um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável na CPLP. O Roteiro de Cooperação 2030 é mais uma prova dessa força colectiva – é um instrumento que amplia as possibilidades de colaboração, promove o intercâmbio de conhecimento e consolida a nossa visão comum de um futuro energético mais sustentável, inclusivo e resiliente para a Comunidade", afirmou Nilda Borges da Mata.

"Sendo este um exercício agregador, tem de ser também um diálogo contínuo entre parceiros na concretização de acções de inovação, usando as melhores e mais adaptadas tecnologias que permitam melhorar as condições de vida das populações", reforçou Jean Barroca, defendendo que o Roteiro deve agora tornar-se um elemento vivo, focado na implementação e em resultados concretos. Para o Secretário de Estado de Energia de Portugal, *"o tempo de concepção terminou"* e é necessário redobrar a partilha de conhecimento, porque *"o desafio é fazer"* – e para isso *"temos de colaborar"*.

"Acreditamos que soluções partilhadas, conhecimento técnico em rede, financiamento climático acessível e projectos interligados entre os nossos países podem acelerar resultados que, isoladamente, seriam difíceis de alcançar", assinalou Nascimento Soares, sublinhando o peso da acção conjunta dos países da CPLP para enfrentar os desafios climáticos e energéticos comuns.

Representando a Comissão Temática de Energia e Clima dos

Observadores Consultivos da CPLP na COP30, o Presidente da RELOP e Director-Geral da ANEEL, **Sandoval Feitosa**, realçou a importância estratégica do Roteiro de Cooperação 2030 nos países da CPLP: *"Somos um conjunto de países distribuídos por quatro continentes, distintos nas nossas realidades, mas unidos por uma língua e por uma herança cultural que nos aproxima. É justamente nesse equilíbrio entre diversidade e identidade comum que está a força da CPLP e a nossa capacidade de transformar cooperação em resultados concretos"*.

Em seguida, a Coordenadora Adjunta do Grupo de Transição Energética da RELOP, **Djane Melo**, conduziu a apresentação detalhada do documento, ressaltando o seu potencial para dinamizar financiamento, acelerar projectos e fortalecer o posicionamento internacional dos países da CPLP. Durante a intervenção, foram igualmente apresentados os próximos passos do Roteiro, entre os quais se destaca a divulgação alargada do documento, com vista à recolha de propostas para novas iniciativas; o envolvimento de novos parceiros internacionais para apoiar a sua implementação; a apresentação do progresso do Roteiro e da implementação dos seus eixos estratégicos durante a II Semana de Energia e Clima da CPLP – que terá lugar em Maio de 2026, na Guiné-Bissau; o lançamento de plataformas temáticas de cooperação nos países da CPLP; e a articulação com agendas internacionais, incluindo a apresentação do impacto do Roteiro nas próximas COPs.

Durante o evento foram anunciados os novos parceiros estratégicos do Roteiro – a Agência Belga de Cooperação Internacional ENABEL e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a adicionar à AfCEN e GET.transform que haviam já sido anunciados no lançamento regional, em Maputo.

Como representante dos parceiros estratégicos, esteve presente no evento o Director Executivo da AfCEN, **Joseph Nganga**, que salientou a relevância da parceria para transformar o potencial de crescimento verde em projectos concretos.

O evento em Belém consolidou a posição dos países de língua portuguesa como bloco activo, coordenado e comprometido na agenda global de energia e clima, demonstrando que a cooperação entre os Estados-Membros da CPLP pode ser um motor de inovação, investimento e de soluções adaptadas às realidades nacionais e regionais.

APRESENTAÇÃO INTERNACIONAL NA COP30
ROTEIRO DE COOPERAÇÃO 2030
 EM ENERGIA E CLIMA NOS PAÍSES DA CPLP

14 NOVEMBRO 2025 17:00-18:00 (BELÉM - BR) PAVILHÃO DE PORTUGAL

NILDA BORGES DA MATA
 MINISTRA DO AMBIENTE, JUVENTUDE E TURISMO SUSTENTÁVEL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

JEAN BARROCA
 SECRETÁRIO DE ESTADO DA ENERGIA DE PORTUGAL

NASCIMENTO SOARES
 SECRETÁRIO DE ESTADO DA ACÇÃO CLIMÁTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ANGOLA

SANDOVAL FEITOSA
 PRESIDENTE DA RELOP E DIRECTOR-GERAL DA ANEEL

DJANE MELO
 COORDENADORA ADJUNTA DO GRUPO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DA RELOP

JOSEPH NGANGA
 DIRECTOR EXECUTIVO DA AfCEN

COMISSÃO TEMÁTICA DE ENERGIA E CLIMA DOS OBSERVADORES CONSULTIVOS DA CPLP



Joseph Nganga (Director Executivo da AfCEN), **Jean Barroca** (Secretário de Estado da Energia de Portugal), **Nilda Borges da Mata** (Ministra do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável de São Tomé e Príncipe), **Djane Melo** (Coordenadora Adjunta do Grupo de Transição Energética da RELOP), **Nascimento Soares** (Secretário de Estado da Acção Climática e Desenvolvimento Sustentável de Angola), **Sandoval Feitosa** (Presidente da RELOP e Director Geral da ANEEL), no Evento de Apresentação Internacional do Roteiro de Cooperação 2030, na COP30 no Brasil.

A apresentação do Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima nos Países da CPLP simboliza um momento de viragem: a transição de um percurso de diálogo para uma agenda de acção coordenada, que projecta a CPLP no palco internacional como um bloco de cooperação energética e climática com impacto global.

Nos últimos anos, a CPLP tem vindo a consolidar-se como um espaço de diálogo e de soluções conjuntas, capaz de unir nove países em quatro continentes em torno de um objectivo comum: promover um desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente. A diversidade dos nossos países é uma força que nos permite tornar a CPLP numa plataforma de acção internacional. E desta ambição de cooperação nasceu o Roteiro de Cooperação 2030 de Energia e Clima na CPLP – um instrumento agregador de esforços, uma plataforma aberta que procura alinhar prioridades, mobilizar recursos e gerar sinergias entre governos, instituições, empresas e parceiros internacionais. Ele traduz uma vontade colectiva de actuar de forma concertada, eficiente e transformadora, maximizando o impacto das acções e reforçando a atractividade e a mobilização de financiamento.

Em Belém do Pará, no Brasil, naquela que foi a primeira COP organizada num país de língua portuguesa, apresentámos uma visão conjunta, transformadora e inovadora – de uma CPLP que coopera e lidera, mas sempre aberta a outros blocos regionais e iniciativas internacionais. Porque a CPLP não se esgota em si mesma: vive e cresce da sua capacidade de diálogo global, da sua diversidade e do seu potencial para construir pontes entre continentes.



O Roteiro de Cooperação 2030 é um catalisador de projectos e parcerias. Mais do que uma agenda comum, constitui uma visão de transformação, liderança, progresso e desenvolvimento. Pretende ser um ponto de partida para a acção, trabalhado a várias mãos, e conduzido de forma gradual, participativa e orientada para resultados.

O Roteiro representa uma resposta prática ao desafio lançado pelos países de língua portuguesa em São Tomé: passar das intenções à execução, com metas claras, mecanismos de acompanhamento e abertura permanente à contribuição de novos parceiros, mas também de reforçar a presença da CPLP nas negociações e tomadas de decisão internacionais.

E é, também, um convite à acção partilhada – para que governos, organizações internacionais e parceiros juntem esforços na implementação de iniciativas concretas que aproximem os nossos países dos objectivos de transição energética justa e sustentável, e que dêem uma resposta tangível aos compromissos definidos nas agendas internacionais, como o Acordo de Paris, Agenda 2030 e Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima nos Países da CPLP é a expressão concreta da capacidade para transformar cooperação em acção, liderança em resultados e solidariedade em desenvolvimento partilhado, afirmando esta Comunidade de Países de Língua Portuguesa como um bloco de inovação e referência na transição energética e climática global. Juntos queremos construir uma comunidade mais coesa, mais resiliente e mais preparada para enfrentar os desafios do nosso tempo, mas também com maior afirmação nos palcos internacionais, maior representatividade, e maior compromisso para cumprir os objectivos globais. E, por isso, convidamos a continuarmos juntos.



CONSULTE O
**ROTEIRO DE COOPERAÇÃO
2030 EM ENERGIA E CLIMA
NOS PAÍSES DA CPLP**

AQUI

ARTIGO

EXPERIÊNCIA DE MOÇAMBIQUE NA ELABORAÇÃO DA NDC 3.0

SHAIDA SENI

FACILITADORA NACIONAL DA NDC MOÇAMBIQUE NA NDC PARTNERSHIP



22

1. Contexto

Moçambique é um país considerado em vias de desenvolvimento com elevado potencial de exploração de recursos naturais, energéticos e biodiversidade. Estando localizado no corredor de eventos climáticos extremos, reconhece a importância de investir em medidas de adaptação às mudanças climáticas como forma de responder aos desafios e impactos das sucessivas secas, inundações, ciclones, doenças oportunistas entre outros resultantes das mudanças climáticas, não obstante ser um país de baixas emissões de gases de efeito estufa.

2. Processo de Elaboração da NDC 3.0

O processo de elaboração da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC3.0) é vista como, acima de tudo, uma oportunidade de fortalecimento da capacidade interna do país e das suas instituições para criar estruturas e sistemas capazes de suportar o processo de desenvolvimento do país com baixas emissões, sendo os sectores pedras angulares na identificação de medidas prioritárias alinhadas com as prioridades de desenvolvimento nacional, conferindo apropriação e realismo que permitirá maior capacidade de implementação, acompanhamento e reporte sobre as mesmas.

O processo da NDC3.0 seguiu a abordagem inclusiva e de participação de toda a sociedade, primando o aumento da sua ambição na melhoria da qualidade e robustez do instrumento, o alinhamento com as prioridades de desenvolvimento nacional e financiabilidade das medidas.



3. Riscos e Desafios

Não obstante a atenção em manter a NDC 3.0 realística e alinhada com as circunstâncias nacionais, são percebidos como desafios eminentes da NDC 3.0:

- i) a disponibilidade e acesso de recursos técnicos e financeiros em qualidade e quantidade para a plena implementação das medidas constantes da NDC 3.0;
- ii) o agravamento em quantidade, frequência e intensidade de eventos climáticos extremos que assolam o país;
- iii) o aumento demográfico que exerce uma pressão acrescida sobre as florestas, uso de terras, uso de recursos, acesso e consumo de energias, entre outros;
- iv) a gestão de vulnerabilidades e riscos climáticos, controlando e gerindo melhor a mobilidade humana, a transição justa de trabalho, a equidade de género, de jovens, crianças e pessoas com deficiência.

4. Oportunidades da NDC 3.0 de Moçambique

A NDC 3.0 de Moçambique tomou em atenção as prioridades de desenvolvimento do país, de tal forma que:

- i) direcciona a necessidade de investimento climático para promoção do desenvolvimento sustentável e de baixo carbono, alinhando o esforço para o aumento em quantidade e qualidade de energias limpas e renováveis que permitam que Moçambique se posicione como produtor e distribuidor na região da África Austral;
- ii) promove a oportunidade de exploração do potencial de mercado de carbono a partir do alinhamento com a sua meta de redução de emissões;
- iii) promove o aumento da robustez do sistema e capacidade de colecta de informações relevantes sobre medidas no âmbito das mudanças climáticas, permitindo assim melhor tomada de decisões baseada em informação tecno-científica.

5. Perspectivas sobre Cooperação

A NDC3.0 contou com o apoio de parceiros de cooperação, organizações não governamentais, academia e sector privado, com os quais se conta também na fase de implementação, monitoria e reporte. Esta abordagem permite que todos esses intervenientes no processo percebam profundamente as decisões tomadas, comuniquem delas e se revejam no instrumento.

ARTIGO

BELÉM MARCOU DEZ ANOS DE PARIS COM COMPROMISSOS REFORÇADOS E FOCO NA ACÇÃO

EDUARDA COUTO
GESTORA DE PROJECTOS DA ALER

23



A COP30, realizada em Belém do Pará, no Brasil, marcou um momento decisivo para o regime climático internacional ao colocar a Amazônia no centro das discussões multilaterais num período de crescente complexidade geopolítica. A conferência decorreu num contexto em que o Acordo de Paris completa uma década e em que o Tribunal Internacional de Justiça clarificou, pela primeira vez, as obrigações dos Estados perante a crise climática. Este enquadramento gerou expectativas elevadas quanto à ambição e ao rigor dos resultados, especialmente numa conferência anunciada como a primeira dedicada à implementação efectiva das metas globais. Contudo, apesar dos avanços institucionais relevantes, o desfecho revelou limitações que continuam a condicionar a resposta colectiva às alterações climáticas.

Um dos progressos mais significativos foi a criação do Belém Action Mechanism (BAM), resultado de anos de mobilização de diversos actores e agora formalizado no texto final da cimeira. O mecanismo reconhece a relevância de factores sociais — incluindo direitos humanos, igualdade de género, inclusão das comunidades locais e consideração dos impactos diferenciados sobre diferentes grupos populacionais — como componentes estruturantes de uma transição climática justa. Este reconhecimento formaliza, no âmbito da UNFCCC, um entendimento que tem vindo a consolidar-se na comunidade internacional: políticas climáticas eficazes exigem abordagens integradas e sensíveis às desigualdades.

No campo da igualdade de género, a aprovação do novo Plano de Acção de Género reforça essa mesma lógica. O plano incorpora o compromisso de utilizar dados desagregados, promover análises de género em políticas e relatórios nacionais e incentivar uma cooperação inter-institucional mais firme. Ao reconhecer o peso da inter-seccionalidade na vulnerabilidade climática e capacidade de participação, o documento estabelece bases sólidas para políticas mais inclusivas.

No entanto, outros resultados da COP30 foram menos ambiciosos do que muitos observadores antecipavam. A meta de triplicar o financiamento para adaptação, considerada essencial para países vulneráveis, não foi garantida no horizonte temporal inicialmente esperado, sendo que a definição de um novo objectivo para 2035, sem linha de base clara, gerou incerteza sobre a escala e previsibilidade dos recursos disponíveis. Da mesma forma, a ausência de uma referência explícita à eliminação progressiva dos combustíveis fósseis no texto final foi vista como uma oportunidade perdida para consolidar um alinhamento global mais consistente com os cenários científicos de mitigação.

A insuficiente ambição nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) permaneceu igualmente evidente, sem

mecanismos claros para garantir a sua actualização e alinhamento com metas de longo prazo. Contudo, a COP30 ter ocorrido num contexto geopolítico marcado por fragmentação internacional e pressões sobre o processo multilateral ajuda a explicar algumas das limitações observadas.

Fora das negociações formais, a Agenda para a Acção Climática revelou-se um dos espaços mais dinâmicos desta COP. Foram activadas mais de 480 iniciativas em áreas como energia, indústria, florestas, oceanos, agricultura, cidades e inovação tecnológica, tendo este movimento demonstrado que, independentemente das limitações nas decisões inter-governamentais, há avanços significativos provenientes de empresas, centros de investigação e organizações da sociedade civil.

No plano geopolítico e social, a COP30 ficou também marcada por um nível inédito de envolvimento das comunidades indígenas, com a participação de cerca de 3000 representantes. Esta mobilização resultou no anúncio da criação de dez novos territórios indígenas, um dos quais abrangendo mais de 78% do Parque Nacional da Amazônia, pelo governo brasileiro. Este avanço demonstra a crescente relevância de integrar governança territorial e conhecimento local nas políticas públicas.

Os países de língua portuguesa tiveram uma presença particularmente activa em Belém, com uma agenda preenchida nos pavilhões de Angola e Portugal. O destaque recaiu nos mecanismos de financiamento climático, incluindo a apresentação da Estratégia Nacional de Financiamento Climático de Moçambique e da nova Marcação Orçamental Climática de Cabo Verde. Debates sobre mercados de carbono, acesso a fundos climáticos e o papel da banca nacional reforçaram o compromisso de vários países da CPLP em fortalecer capacidades internas, e a iniciativa portuguesa sobre conversão de dívida soberana para acção climática mostrou potencial para cooperação futura. Adicionalmente, a apresentação internacional do Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima nos Países da CPLP na COP30 reforça a maturidade da cooperação lusófona e o seu alinhamento com a lógica de concretização e acção. Se a COP30 ambicionou ser a “COP da Implementação”, os países da CPLP mostraram que já iniciaram esse caminho e entraram uma nova fase: com estratégias, parcerias e ambição alinhada para converter compromissos em resultados concretos.

No conjunto, a COP30 evidenciou que a transição climática global continua a avançar, mas que persistem desafios consideráveis. A COP31, em Antália, será uma oportunidade para consolidar avanços e responder às lacunas que Belém deixou expostas, sendo que o sucesso dependerá da tradução de objectivos em resultados mensuráveis e inclusivos.

ENTREVISTA

“BELÉM MOSTROU QUE O MUNDO NÃO ACREDITA EM ALTERNATIVAS AO MULTILATERALISMO”

GONÇALO CAVALHEIRO

COORDENADOR INTERINO DA REDE LUSÓFONA DE TRANSPARÊNCIA DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO



24

1. O que é o Núcleo Lusófono para a Transparência Climática e de que forma operacionaliza a sua missão?

O Núcleo Lusófono para a Transparência Climática é uma comunidade de prática que junta todos os países lusófonos em torno de um objectivo muito concreto: ajudar a cumprir, em português e em pé de igualdade, as regras de transparência do Acordo de Paris — em particular o Quadro de Transparência Reforçado e a preparação de Relatórios Bienais de Transparência (BTRs), considerando as ligações directas com as estratégias de longo prazo, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), e outros documentos de política e planeamento da acção climática.

O Núcleo foi criado, por iniciativa dos governos do Brasil e de Portugal, em parceria estreita com o governo da Bélgica, em Novembro de 2016, durante a 22ª Conferência das Partes (COP 22) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC), realizada em Marraquexe. O seu funcionamento pleno tem sido assegurado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), graças, desde 2021, ao apoio financeiro do governo deste último país. A Parceria para a Transparência no Acordo de Paris (PATPA) e o Programa de Apoio Global da Iniciativa para a Construção de Capacidades em Transparência (CBIT-GSP) são, entre vários outros, os principais parceiros envolvidos na prestação de apoio aos países lusófonos em matéria de transparência.

Este apoio é prestado através de diferentes modalidades de formação e de assistência técnica, tanto presenciais, nos países, como remotas. É de destacar ainda os diversos momentos e oportunidades proporcionadas pelo Núcleo para troca de conhecimento e experiências entre todos os países da lusofonia, nomeadamente no nosso seminário anual que, em 2025, teve a sua oitava edição.

2. Na sua opinião, quais são os principais resultados a destacar desta COP? E o que ficou aquém das expectativas?

Destaco a capacidade ímpar da diplomacia brasileira em conseguir resultados decisivos nos mais variados temas em discussão, contrariando um clima altamente adverso à cooperação multilateral e um crescimento exponencial do ceticismo climático um pouco por todo o mundo. Importa sublinhar o acordo para triplicar o financiamento para adaptação até 2035, adopção de um conjunto vasto e ambicioso de indicadores para acompanhar o progresso

global precisamente na área da adaptação e a decisão de criar um mecanismo para a transição justa, que terá como objectivo garantir que ninguém é deixado para trás em todo este processo. Não posso deixar de notar também o espírito construtivo e de cooperação nas negociações associadas ao tema da transparência, que resultou em decisões bastante claras quanto à necessidade de continuar a prestar apoio aos países em desenvolvimento na construção de capacidades nesta matéria, nas quais se destacou a relevância e a eficácia das abordagens regionais, nas quais o Núcleo Lusófono se enquadra.

Costuma dizer-se que, quando ninguém gosta de um acordo é porque o acordo é bom. Talvez por isso, as expectativas não sejam a melhor forma de medir o sucesso de um acordo alcançado por consenso entre cerca de 195 países. Ainda assim, arriscar-me-ia a dizer que cheguei a esperar, a determinada altura durante a COP, que fosse possível uma referência explícita a um roteiro rumo a um futuro sem combustíveis fósseis, no contexto de uma transição justa.

3. No cenário geopolítico actual, qual será a força do multilateralismo e cooperação no cumprimento dos objectivos definidos no Acordo de Paris e Agenda 2030?

Se olharmos apenas para o contexto geopolítico — guerra, tensões comerciais, competição entre blocos — seria fácil concluir que o multilateralismo está em crise. A verdade é que, desde a minha primeira COP em 1999, foram mais as vezes em que havia essa mesma percepção do que as vezes em que se sentia o multilateralismo de boa saúde! Por isso, Belém, mais uma vez, mostrou que o Mundo não acredita em alternativas ao multilateralismo: 195 Partes conseguiram chegar a acordo sobre um pacote complexo, com decisões sensíveis em matéria de transição justa, finanças, comércio e tecnologia. Isso não acontece por acaso; acontece porque, apesar de todas as divergências, nenhum país ganha com o colapso do regime climático multilateral.

4. Quais são as prioridades imediatas para garantir que os compromissos assumidos na COP30 são realmente implementados?

De uma forma muito sintética, diria que todas as prioridades se podem agregar em 3 grandes eixos: (i) implementar as NDCs, nas suas componentes de mitigação e adaptação, incluindo perdas e danos; (ii) alinhar todos os fluxos financeiros públicos e privados com os objectivos do Acordo de Paris, canalizando os recursos necessários para a implementação das NDCs; e,

finalmente, (iii) acompanhar todos estes esforços através da implementação do quadro de transparência reforçada, nomeadamente através da publicação regular e atempada de relatórios bienais de transparência.

5. Como será monitorizado o progresso dos compromissos pós-COP30 e como pode ser garantida a transparência? E, em particular, na CPLP?

A espinha dorsal do acompanhamento será o Quadro de Transparência Reforçada: todos os países terão de submeter Relatórios Bienais de Transparência, com as respectivas estimativas de emissões de gases com efeito de estufa, a avaliação de progresso nas NDC, os fluxos de financiamento, e o apoio prestado, necessário e recebido. Os países terão ainda que submeter todas esta informação aos mecanismos de revisão técnica por especialistas e a um processo de consideração multilateral da mesma.

A nível da lusofonia estamos muito bem posicionados nessa matéria, considerando que todos os países estão a trabalhar na preparação de algum tipo de relatório climático, seja o primeiro ou, nalguns casos já, o segundo BTR e/ou uma comunicação nacional. A submissão destes relatórios com uma periodicidade bienal é um desafio para os países lusófonos, na sua grande maioria países menos desenvolvidos e/ou pequenos estados-ilha, mas à medida que os países vão integrando os sistemas de transparência nos respectivos processos de gestão das políticas climáticas e de desenvolvimento, estes desafios, com o apoio da comunidade internacional, vão sendo ultrapassados.

6. De que forma os países da CPLP podem fortalecer a sua cooperação em energia e clima após a COP30?

A cooperação entre os países da CPLP tende a fortalecer-se à medida que as necessidades de cada um são mais detalhadamente identificadas. Para tal, é fundamental que cada país tenha um quadro político e legal devidamente estabelecido, com metas e objectivos precisos e com roteiros claros para os alcançar. Apercebo-me que o processo de elaboração e submissão das NDC3.0 contribuiu fortemente para se alcançar este estado na maioria, senão em todos, os países da lusofonia.

Neste contexto, a cooperação financeira, técnica e tecnológica, devidamente enquadrada nas metas e mecanismos do Acordo de Paris, desempenha um papel fundamental, sendo, aqui, crucial o papel dos países mais desenvolvidos, em particular de Portugal.

Há uma modalidade de cooperação entre os países da lusofonia que se tem vindo a consolidar como extremamente eficaz: a partilha de conhecimento e de experiências entre todos os países. Temos, no Núcleo Lusófono, vários exemplos de situações em que um país dá um salto gigante em determinado assunto, depois de ter tido oportunidade de discutir uma determinada barreira com outro país da lusofonia. A possibilidade de se conversar, discutir e partilhar na



língua materna de cada pessoa, no nosso português, pode parecer um aspecto despiciendo, mas na verdade constitui uma mais valia para cooperação no contexto da CPLP.

7. Decorrente do financiamento anunciado por Portugal na COP30, há já planos para cooperação bilateral ou regional com outros países lusófonos?

Com certeza que sim. O apoio de Portugal vem garantir a continuidade dos trabalhos do Núcleo Lusófono numa fase de transição no que diz respeito aos apoios do governo belga bem como do GEF, através do Programa de Apoio Global da Iniciativa para a Construção de Capacidades em Transparência.

Os pontos focais do Núcleo reunir-se-ão em Dezembro para identificar as prioridades para 2026. Da parte da coordenação do Núcleo Lusófono, será certamente proposto canalizar os recursos para os países que estejam em fases críticas de elaboração dos seus BTRs, em particular para os que estejam em condições de o submeter no próximo ano. Iremos ainda continuar a proporcionar oportunidades de partilha entre os países.

8. Como avalia a presença da CPLP na COP e como é que os países podem alavancar a presença como um bloco unido e coeso nestes fóruns internacionais?

Tenho-me apercebido que os países lusófonos atribuem cada vez maior importância a uma participação activa e efectiva nas Conferências das Partes. Isso nota-se particularmente no crescente tamanho das delegações, o que representa interesse por parte dos diversos agentes nacionais no processo e uma vontade da parte de cada país em garantir uma participação diversa no processo.

Nota-se também um número cada vez maior de pavilhões nacionais dos países da lusofonia, bem como a multiplicação de eventos paralelos organizados pelos nossos países, ou em que estes participam com vista à partilha de experiências nas mais diversas áreas de política climática.

Assim sendo, a lusofonia marca, a cada ano que passa, uma presença mais forte nas COPs, sendo natural que essa presença e esse empenho numa participação efectiva se venha a traduzir numa maior capacidade negocial de cada país e, por consequência, numa visibilidade e influência da CPLP reforçadas.

Entrevista realizada pela ALER em Novembro de 2025

